

TRANSCRIÇÃO DA 152ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONFEMA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2020.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Marco Lacava, a voz dele vai ser a Claudinha, ele está somente em chat. Então, Cláudia, se manifeste...

Marilice Alves Pereira (Secretária Executiva) - Delaine (*Delaine responde: presente*). Já temos quórum: 1, 2, 3, 4, 5, 6. Os demais Conselheiros... Bem-vindos, Sr. Aldo, Sr. Dilson. (*Aldo – responde: Bom dia*). Bom dia a todos, já temos quórum, Devair.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Sr. Presidente, Sr. Chefe do Gabinete, Rodrigo Ravena, nosso Presidente de hoje, nós vamos dar início à nossa reunião de hoje. Então, passo a palavra nesse momento para o Presidente Rodrigo Ravena para suas considerações de abertura da reunião de hoje.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete - SVMA) - Bom dia a todos. Obrigado pela presença. Virtualmente, é bom estar vendo todo mundo, a gente está trabalhando, estamos tentando aí tocar da melhor forma possível (*problema no áudio dele*) situação passar logo. E, então, dar um bom dia a todos e todas e declarar aberta a 152ª reunião plenária ordinária do CONFEMA. Passo a palavra... você que vai conduzir, Devair? (*Devair: Sim*) Então, passo a palavra ao Devair, que conduz aí uma sequência da pauta e do expediente.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Então, bom dia a todos e a todas. Iniciada a reunião, passamos para o primeiro ponto do expediente, referendo para a aprovação da Ata da 151ª reunião plenária ordinária do CONFEMA. Passo a palavra nesse... (*corde*)

(*várias vozes*) – Devair, não estamos ouvindo.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete SVMA) - Você falou que ia passar a palavra e você não passou.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Estou tentando aqui. Estão ouvindo? Estão vendo?

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete SVMA) - Agora sim.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Passo a palavra neste momento para a Secretária Executiva, que fará a leitura da respectiva Ata.

Marilice Alves Pereira (Secretária Executiva) - Bom dia a todos e todas. Vou ler os principais pontos apresentados na Ata da 151ª reunião. Apresentação do projeto PSAMPA, primeiro projeto de PSA do FEMA, que foi apresentado pelo Diretor Rodrigo Martins dos Santos, da SVMA/CPA, com referendo para a aprovação dos seguintes pontos: a) minuta base do 1º edital FEMA/PSA de 2020; b) do teto máximo da dotação orçamentária 94.10.18.541.3005.6659.3.3.90.93.00 para serem gastos com PSA em 2020, por meio do primeiro edital; c) projeto para a contratação de consultoria de apoio técnico da CAV e CAT do edital; d) do TR base para contratação de consultoria de apoio à CAV e CAT; e) do teto de recursos a serem utilizados da dotação orçamentária 94.10.18.541.3005.6659.3.3.90.93.00 para fins de contratação de consultoria de apoio à CAV e CAT do edital via licitação da SVMA; f) da composição da CAV do primeiro edital do FEMA 2020. Os Conselheiros que tiverem alguma observação, correção, manifestação, por favor se identifiquem e podem se manifestar, passando a palavra em seguida para o Coordenador Geral Devair.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Senhoras e Senhores Conselheiros, os Conselheiros favoráveis à aprovação da Ata, permaneçam como estão. Ata aprovada por unanimidade. Eu só peço para toda vez que alguém fizer uso da palavra ativar o microfone e o vídeo para ficar mais fácil para ver quem está falando. Então, seguimos para o primeiro ponto da Ordem do dia: apresentação (*ininteligível porque entra uma voz sobrepondo, deve ser do Decreto*) número 59.505, de 8 de Junho de 2020, sancionado pelo Prefeito do Município de São Paulo, pela Coordenadora Tamires Carla de Oliveira, de CGPABI, (*vozes sobrepostas*) e a formação da nova Comissão da revisão do Regimento Interno do CONFEMA. Tamires, com a palavra.

(várias vozes ao fundo, parece haver microfone aberto)

Cons. Alessandro Azzoni - É só uma questão de ordem *(falam ao fundo)*. Nas reuniões que a gente tem feito em CTLU e CPPU, como ela é gravada, seria importante fazer o chamamento dos votos, entendeu? Para ficar mais formal. Chamar os Conselheiros nominalmente e pedir para que eles se manifestem com o voto. Em CTLU, a gente vota nominalmente. Ela faz a chamada e nós vamos respondendo a favor ou contra. Fica acho que melhor, para vocês terem uma segurança jurídica.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Azzoni, essa prática a gente fez na última reunião. Na primeira, como é só a aprovação da Ata, nos outros itens vão ser por nominal. Já foi combinado.

Cons. Alessandro Azzoni – Ah, perfeito.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Então, passo a palavra agora para a nossa Diretora Tamires Carla de Oliveira. Por favor, Tamires, a palavra é sua.

Tamires Carla de Oliveira (CGBABI) – Oi gente, bom dia para todo mundo. Eu vou compartilhar a tela com a apresentação. Ela está na aba de arquivos do Microsoft Teams aqui; então, se der algum problema, está todo mundo com o arquivo já, tá bom? Está todo mundo vendo já? Está com um pequeno atraso, acho. *(Marilice - Sim, estamos vendo)*. Vocês estão vendo ela aberta na tela inteira ou o Power Point, o programa ainda... *(Devair: nós estamos vendo o programa ainda, Tamires)*. Bom, vou passar aqui, porque eu acho que ficou mais fácil. A gente dá um zoom aqui. Qualquer coisa... Não sei se todo mundo já sabe, finalmente aquele Decreto do FEMA que a gente trabalhou em cima dele ano passado foi publicado no começo de junho. Então, eu não sei se todo mundo que está nessa reunião acompanhou no passado, mas acho que a maioria. Então, eu só atualizei a apresentação do que eu fiz no ano passado, quando vocês aprovaram a minuta e, enfim, aí só para adiantar também, a minuta que foi para o Governo ela foi integralmente aceita. Então, não teve nenhuma alteração, o que acho que demonstra que a gente fez um bom trabalho. Não teve nada alterado. Só para a gente se situar, só atualizei aqui, no ano de 2020. Aqui está desde a criação do FEMA. Então, 2020, a gente finalmente publica esse novo Decreto, que está regulamentando essencialmente o artigo 290 do Plano Diretor. Os objetivos, enfim, eu já tinha falado da outra vez, mas no geral era a gente poder atender às determinações do Plano Diretor e a gente essencialmente também rever os fluxos do próprio CONFEMA e ter mais clareza, mais segurança jurídica de como a gente está definindo para onde vão os recursos, porque, até então, a gente tinha um regramento muito genérico. Hoje a gente tem umas coisas melhor, assim... Tem também o seu lado... Ele está genérico o suficiente, mas especificado o suficiente também para não ter nenhum questionamento. Também definiu o limite do que pode ser gasto com manutenção e gestão de parques, que sempre foi um ponto a ser discutido, então isso tudo foi... a gente já tem esse regulamento. Para vocês verem aqui, só uma comparação. Lá no Decreto de 2011, que era o que a gente tinha até então, ele tinha esse caráter aqui. Então, ele destinava ao desenvolvimento de planos, programas e projetos e ele colocava algumas questões, enfim, que visa o uso racional, de manutenção e melhoria, mas ele era muito aberto. No novo Decreto, ficou dessa forma. A gente regulamentou a parte do PSA, que é, no mínimo, 10% para o PSA, que foi do edital que vocês aprovaram também; 40% para manutenção e gestão dos parques existentes e propostos no quadro 7 do Plano Diretor; realização e melhorias de infraestrutura nas áreas verdes do Município; então, fazer as obras que a gente precisa fazer nos parques; a implementação do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, incluindo a implantação de novos parques; a gestão da fauna silvestre, incluindo adequação da infraestrutura e manutenção, tratamento, manejo, destinação, monitoramento e inventariamento; a produção de mudas (arbóreas, herbáceas, arbustivas e medicinais); aquisição e material para produção das atividades e manutenção da estrutura do Viveiro; suporte técnico e tecnológico à fiscalização e monitoramento ambiental; planos, projetos relacionados às questões das mudanças climáticas e os editais. E, aqui, eu destaquei... E tudo isso também a gente consolidou, a gente equacionou com a política ambiental proposta no Plano Diretor. Esse item aqui, que era o consumo sustentável e resíduos sólidos, foi uma sugestão do próprio CONFEMA na época - não lembro se foi a Jaciara e o Ramos que apontaram para isso, então, isso também foi inserido. Aqui estão os parágrafos, e tem algumas coisas que são importantes, que é cada um desses itens ter a sua própria caixinha na conta do FEMA, porque hoje

tudo cai dentro de uma única conta e isso traz vários problemas para o pessoal da contabilidade, para depois saber para onde vai cada coisa. E, principalmente, a questão das Unidades de Conservação, que isso é uma determinação da lei federal, do Sistemas de Unidades de Conservação. Então, a gente... esse Decreto já traz isso também, para que cada Unidade de Conservação tenha a sua própria caixinha, vamos dizer assim. A gente tem como fluxo atual aqui, a grosso modo, aprovação das diretrizes lá pelo CADES, aí depois a gente solicita os recursos através do CGC, a CAV analisa, passa pelo CONFEMA, publica a Resolução, depois entram todos os procedimentos de liberação dos recursos, utiliza o recurso. E isso é um looping que acontece a qualquer tempo no ano, sempre que há necessidade. Então, isso às vezes a gente perde a mão um pouco. Com base no que já é feito nos outros Fundos municipais, o que a gente propõe é que sejam feitos planos anuais e que, ao longo do ano, sejam feitos ajustes a esse plano anual. E não novas deliberações ao longo do ano. Isso diminuiria também a quantidade de reuniões do CONFEMA e tomando menos tempo também. Tendo a aprovação das diretrizes do CADES, solicita os recursos através de formulário, que na época eu até mostrei o do FMSAI. Cada um precisa de sua adequação para a realidade do Fundo, mas através de um formulário com todos os dados que vai subsidiar a análise da CAV. A aprovação do plano anual, ou seja, lá no começo do ano ou como o FMSAI faz, que é sempre no final do ano anterior para que o ano seguinte já entre com esse plano aprovado, que é mais eficiente. Daí pública a Resolução já com esse plano. Depois os procedimentos burocráticos e aí, realmente, fazer a CAT para acompanhar os recursos que estão sendo utilizados, a Comissão de prestação de contas e depois a apresentação anual da prestação de contas para o CONFEMA e para o CADES. Esse daqui era o modelinho que eu apresentei da outra vez. Basicamente, ele conta com o nome da ação, Subprefeitura, processo administrativo, o valor e o cronograma físico financeiro; então, como esse recurso está sendo distribuído no tempo e o modelo do formulário ele já é bem mais detalhado. Ele traz justificativa, qual que é o projeto, quais são os resultados esperados, qual é a hipótese de aplicação, que estágio que está isso, ele assinado pelo Secretário. Então isso dá maior segurança também para quem vai fazer a análise na CAV. E aí, hoje a gente tem esses próximos passos. O artigo 24 do novo Decreto ele estabeleceu um prazo de 60 dias, contados da data da publicação, para a gente revisar e aprovar o Regimento Interno. Então, hoje, basicamente, o que a gente tem que fazer... Devair, eu não sei se a gente precisa fazer uma nova Comissão, mas acho que a gente só retoma mesmo aos trabalhos dessa Comissão CADES/CONFEMA. A gente só precisa ver os membros, se ainda continuam os mesmos e se mais alguém daqui do CONFEMA quer participar, elaborar o novo Regimento e aprovar no CONFEMA. E o prazo para fazer isso até 7 de agosto e é isso.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Quero agradecer a Tamires pela exposição. Nós vamos seguir agora a mesma dinâmica que nós seguimos na última reunião. As primeiras intervenções vão ser dos Conselheiros titulares; depois, se tiver alguma intervenção dos suplentes e dos convidados, se tiverem aí, para fazer observações, constando que só quem tem direito a voto são os Conselheiros titulares. No que tange ao que Tamires falou sobre a questão da Comissão, a Comissão pode ser retomada a mesma Comissão que estava, né Tamires? Inclusive, eu acho que o Azzoni é o Presidente dessa Comissão. (vozes sobrepostas)

Tamires Carla de Oliveira (CGPABI) - (o áudio dela se sobrepõe ao do Devair)... complementar. Posso complementar?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Por favor, por favor, por favor.

Tamires Carla de Oliveira (CGPABI) - Eu não sou membro do CONFEMA, eu sou membro do CADES e eu estou nessa Comissão pelo CADES, na relatoria da Comissão pelo CADES, e o Azzoni ele estava como Presidente e aí eu não lembro se era pelo CADES (Devair: pelo CADES.) Então, enfim, é isso que a gente precisa ajustar, mas só para situar todo mundo, porque que eu estou, eu e o Azzoni estamos aí.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - A Tamires, Senhores Conselheiros, é nossa relatora dos trabalhos dessa Comissão. Inclusive o Dilson participou bastante desses trabalhos, o Ari, que são representantes do CONFEMA dentro dessa Comissão. Bom, logo após, agora vamos ter as manifestações dos Conselheiros. Os Conselheiros que já quiserem fazer parte dessa Comissão, eu

sugiro que o pessoal do DPAC, vocês vão fazendo no chat, já fazendo inscrição: olha, eu quero fazer parte dessa Comissão. E, logo depois, o pessoal do DPAC eles passam para a gente os nomes das pessoas que se inscreveram para a Comissão. Então, nesse momento agora, eu vou passar a palavra para os Conselheiros titulares para ver se eles têm alguma dúvida ou alguma intervenção para fazer para a nossa relatora Tamires. Então, nesse momento, eu passo a palavra para a Priscila, que está como titular no lugar do Senhor Aristides, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Por gentileza, Priscila, se manifeste.

Cons. Priscila Gonsalves - Um bom dia a todos. Não tenho nada acrescentar. A conversa ela foi... os pontos foram bem ajustados antes para a elaboração do Decreto. Nada a acrescentar.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Priscila, nada a acrescentar. Passo a palavra agora à Secretaria de Gestão, para nossa Conselheira titular Helena. Por gentileza, se manifeste.

Cons. Helena Marcon - Eu também não tenho nada a acrescentar. Para mim ficou bem claras as mudanças do Decreto.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Nada a acrescentar, Conselheira Helena, de Gestão. Passo agora a palavra para a Senhora Jaciara, de SAJAPE, Conselheira titular. Por gentileza, Jaciara, se manifeste. *(Ouve-se um Olá e fica mudo)*

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Jaciara, o seu microfone deve estar desligado. Está aparecendo para mim desligado.

Cons. Jaciara Schaffer - Ah! Desculpa. Bom dia a todos. Tamires, muito obrigada. Como sempre, uma excelente apresentação. Eu só fiquei em dúvida... quando aprova no CADES, ele passa por todo o organograma que você falou, não apresentou nada em relação à fiscalização. Eu só fiquei com essa dúvida. Eu queria que você explicasse essa parte porque, assim, como a gente aprova às vezes no CONFEMA ou no CADES algumas ... vamos pegar um exemplo: plantio de massa arbórea. Daí, após um ano, tem algum modelo fotográfico que a gente pudesse voltar após um ano e rever todos esses projetos que foram aprovados? Essa é uma dúvida. Obrigada.

Tamires Carla de Oliveira (CGPABI) - Posso já responder, Devair?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Só a gente terminar e você fazer um apanhado geral. Pode ser?

Tamires Carla de Oliveira (CGPABI) - Pode ser.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Então, vamos lá. Passo a palavra nesse momento ao Senhor José da APGAM. José, nosso Conselheiro titular, faça a sua intervenção.

Cons. José Ramos - Olá, bom dia, bom dia Tamires. Parabéns pela apresentação. A aprovação está Ok. Eu entro justamente nessa dúvida que nós tínhamos com relação à fiscalização, que a Jaciara colocou agora. Visto que a gente... nós aprovamos esses recursos e seria satisfatório para a gente depois ver, observar a realização dessas atividades. Essa é também a minha única questão aí nesse caso; o restante está plenamente correto. Agradeço e a aprovação está aí.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Nesse momento, fará uso da palavra o Senhor Conselheiro Lacava. O Lacava ele está presente, ele está no chat e no WhatsApp e quem vai fazer o uso da palavra por ele será a Cláudia, de DPAC, que ela está fazendo a voz dele nesse momento aqui. Então, por favor, Cláudia. Como está você e o Lacava aí na sintonia?

Claudia Maria Cesar - (DPAC) - Devair, eu vou fazer uma chamada de voz e vou colocá-lo em viva voz, tá?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Tá Ok. Melhor. Eu fiz isso com a Amélia da última vez, deu muito certo. Se você quiser fazer chamada de voz e deixar ele junto, fica melhor.

Claudia Maria Cesar - (DPAC) - Está ocupado, espera só um minutinho.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Enquanto o Lacava não entra, eu queria propor, Tamires, para você já ir respondendo algumas perguntas; o que você acha? Porque acho que vai...

Tamires Carla de Oliveira (CGPABI) - Para mim, ótimo. Da fiscalização, isso daí era uma preocupação nossa. Até a gente que utiliza recurso do FEMA, fica pensando “bem, a gente usando o recurso, mas como a gente presta essas contas, né”? Então, aqui onde vocês estão vendo, onde que eu estou apresentando, esse fluxo proposto, é justamente isso que a gente vai trabalhar nesse novo Regimento, para ficar mais claro esse fluxo todo. Vou dar o exemplo do FMSAI, porque acho que é bem claro. É uma coisa que a gente trabalha, enfim, eu trabalho muito próximo ali, em cima disso. Vou nas reuniões, enfim...No FMSAI, a partir do momento que os recursos eles vão sendo utilizados, é aberto um processo de prestação de contas e aí, cada responsável pelo contrato tem que ir alimentando esse processo. E aí, nas reuniões que são agendadas com o Conselho, é apresentado uma das pautas. A primeira pauta é a posição do Fundo e a segunda pauta é a prestação de contas. Então, todo mundo tem que fazer a sua apresentação mostrando como que esse recurso está sendo utilizado. E aí, no final do ano, todo final do ano, na última reunião, é feito um apanhado geral de todas as coisas que foram feitas no ano. Então, como vocês podem ver aqui nesse fluxo que está aqui, esses últimos três quadradinhos aqui eles são justamente isso: a Comissão de Acompanhamento Técnico ela depende um pouco do projeto, tem que projeto que vai ter que ter uma CAT específica. No geral, vai poder ter uma CAT única, só para a organização do que as Divisões, as Coordenações vão encaminhar. O envio de prestação de contas, a Comissão de Prestação de Contas, e a apresentação anual da prestação de contas ao CONFEMA e ao CADES, para mostrar como que esse recurso foi gasto. Então, isso está super previsto e é justamente isso que a gente vai discutir nessa Comissão do Regimento para que isso fique bem mais claro para todo mundo. E no novo Decreto, vocês vão ler e isso está muito forte também, não tem nenhum problema quanto a isso. E, agora, da outra vez eu lembro que houve uma discussão sobre a execução em si do contrato, da qualidade da execução do contrato. Isso é uma questão essencial da fiscalização do contrato. Então, não é um... Claro que a gente pode falar para o CONFEMA e para o CADES se houve ou não alguma dificuldade na execução dos contratos, mas se foi bom, se foi bem executado, não foi, isso é uma responsabilidade da fiscalização de tomar conta disso. E, claro, se uma empresa ela não executa bem o que ela está fazendo, ela é penalizada. Aí são procedimentos que são paralelos à atribuição do próprio Conselho. Mas, está aqui tudo previsto, a prestação de contas para todo mundo ficar ciente do que foi gasto e como foi gasto.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Cláudia, você conseguiu comunicação com o Conselheiro Lacava? Usa o chat da Microsoft, Microsoft Teams, pessoal do DPAC.

Claudia Maria Cesar (DPAC) - Perfeito, Devair, eu acabei de falar com ele, ele disse que qualquer coisa ele me chama aqui no WhatsApp e eu coloco ele em viva voz. Pode ficar tranquilo, já está contatado. Está tudo sob controle. *(vozes se sobrepõem)*

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Ele não tem manifestação, é isso?

Claudia Maria Cesar (DPAC) - É isso.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - É isso o que eu queria saber. Não tem manifestação, então. Então vamos lá. Eu vou chamar agora os suplentes que estão convidados para, se quiserem, fazer uma manifestação, como fizemos na última reunião. Aldo, da ECOLEO, alguma manifestação?

Cons. Aldo Struffaldi - Eu não tenho nada a acrescentar ao que já foi dito.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Delaine, alguma manifestação? Delaine? Passo a palavra também ao Conselheiro do CADES, Senhor Azzoni, tem alguma manifestação?

Cons. Alessandro Azzoni - Não, estou de acordo. Acho que nós fizemos um grande avanço na aprovação deste Decreto. Eu acho que nós temos um bom andamento para os projetos futuramente; inclusive, o que nós teremos no futuro, inclusive, no Pagamento por Serviços Ambientais, eu acho que esse Decreto publicado nos dá garantia à funcionalidade do FEMA. Fico muito orgulhoso com o trabalho feito.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Gostaria de pedir para fecharem os microfones porque está havendo muito barulho. Eu acho que alguém está com o microfone aberto e está vazando o áudio do ambiente que você se encontra. Lembrando, então, que todas as vezes que fizerem uso da palavra, ativar o vídeo e ativar o microfone. Quando não estiverem no uso da palavra, desativar pelo menos o microfone para gente não reverberar o áudio de vocês. Eu quero propor para todos, essa questão da Comissão...

Cons. Delaine Romano – Devair?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Delaine voltou. Pode falar, Delaine.

Cons. Delaine Romano - Caiu a minha conexão. Não, não tenho nenhuma manifestação. Está tudo Ok. Está bom? Desculpa.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Imagina. A Jaciara tinha levantado a mão. Tem alguma manifestação, Jaciara? Acho que a Jaciara não tem nenhuma manifestação.

Claudia Maria Cesar (DPAC) - Devair, eu vou ligar para ela para ver. Eu vou ligar no telefone dela.

Cons. Jaciara Schaffer - Está tudo certo; eu acho que eu levantei a mão sem querer. Eu acho não fui eu, mas tudo bem. Eu vou abaixar a mão aqui.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Foi sem querer. Foi sem querer. Tá Ok. Então, eu vou fazer uma chamada para ver quem quer fazer parte dessa Comissão. Pode ser, Tamires, o que você acha?

Tamires Carla de Oliveira (CGPABI) - Pode ser, sem problemas. O Azzoni é o Presidente *(alguém fala ao fundo, mas fica meio indistinguível)*.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Azzoni é Presidente e a nossa relatora já estão aí. Vamos lá. Priscila quer fazer parte da Comissão por SFMA *(parece que ele fala isso, mas acho que seria SVMA, não?)*

Tamires Carla de Oliveira (CGPABI) - Antes da Priscila responder, eu gostaria que ela participasse, principalmente por conta das dotações *(risos)*. Ela tem pouco trabalho, também, mas se ela puder ...fico muito feliz.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Priscila, você está convocada a participar dessa Comissão.

Cons. Priscila Gonsalves - Eu já tinha conversado com a Tamires. Ela já tinha me proposto isso e eu tenho interesse em participar.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Então, DPAC anotando todos os participantes. Priscila vai participar da Comissão. Senhora Helena, da Secretaria de Gestão, tem interesse em participar dessa Comissão?

Cons. Helena Marcon - Acho que não, porque depois da elaboração da Comissão a gente vai fazer essa validação aqui no CONFEMA; é isso? Só para confirmar.

Tamires Carla de Oliveira- Exatamente.

Claudia Maria Cesar (DPAC) – Devair, o Conselheiro Lacava disse que também pode participar. Se você...

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Deixa, deixa. Então, deixa eu chamá-lo. Claudinha, vamos seguir a ordem de chamada. Quando chegar a chamada dele, você se manifesta. Helena... a Érica não está hoje, né, Helena? Só está você. Bom, vamos lá. Jaciara, da SAJAPE, quer participar dessa Comissão?

Cons. Jaciara Schaffer – Sim.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Jaciara vai fazer parte da Comissão. Sr. José, titular da APGAM, vai fazer parte da Comissão?

Cons. José Ramos – Devair, eu não vou fazer parte porque já tem muita gente boa. A Jaciara aprovou também, então acho que tá tudo Ok. E depois a gente vai ter notícias aí de todos.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Tá Ok. Como você não vai participar, sua suplente Delaine quer participar da Comissão?

Cons. Delaine Romano - Oi, Devair. Olha, se houver necessidade, sim, mas se tiver muita gente, eu declino.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Declina. Agradeço. Senhor titular Lacava, da Câmara Municipal, vai participar dessa Comissão?

Claudia Maria Cesar (DPAC) - Sim, ele tem interesse, se vocês acharem que a participação dele é importante.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Sim, sim, ele vai participar da Comissão. *(Claudia: está anotado aqui)* DPAC bem objetivo, viu? Dilson, Indústrias, você quer participar? Você já está, né? Porque você está dentro da Comissão, representando a Comissão mista CONFEMA e CADES. Então, o Dilson está dentro dessa Comissão, juntamente com o Ari.

Cons. Dilson Ferreira - Nessas alturas, Devair, eu tenho que dizer que eu não quero sair da Comissão *(Devair faz um comentário, mas o áudio não permite transcrição)* que fique para a continuidade.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Nós que agradecemos o seu valoroso empenho dentro dessa Comissão. A Comissão está formada. A explicação da Tamires, nossa relatora, o Presidente Azzoni. Eu acho... *(fala interposta)*.

Marilice Alves Pereira (Secretária Executiva) - Devair, é a Marilice. Eu gostaria de fazer parte da Comissão.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - O DGFEMA faz parte da Comissão, Marilice. É uma Diretoria. Vamos passar agora, então, para o nosso segundo ponto da Ordem do dia. Reapresentação do projeto PSAMPA, primeiro projeto de PSA do FEMA, do SEI nº 6027/2020.0005234-8, pelo nosso Presidente de hoje e Chefe de Gabinete da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, o Senhor Rodrigo Pimentel Ravena. Por gentileza, Ravena, a palavra é sua.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete - SVMA) - Bom dia a todos. Na verdade, a gente precisa fazer um histórico. Não se trata aqui de fazer a revisão do que já foi apresentado pelo Conselho, mas de uma adequação necessária e essa adequação necessária decorre do histórico de elaboração do Plano Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais. Aqui, a gente não está querendo rever parâmetro de gasto nem a destinação nem nada disso. São pequenos elementos que não constaram do primeiro edital e eu vou explicar por que a gente precisa fazer constar agora. O trabalho para a elaboração do Plano Municipal para Pagamento por Serviços Ambientais decorreu de uma parceria entre SMDU e a Secretaria e as equipes que ajudaram a elaborar o projeto Ligue os Pontos, que é um projeto premiado da cidade de São Paulo e que faz atuação e a transição agroecológica de agricultura na Zona Sul, essa equipe, junto com a equipe de SVMA, elaboraram tanto a atividade do Ligue os Pontos quanto a proposta de PSA, inclusive abrindo portas para contatos com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e se formou, no âmbito desta cooperação, um Grupo de Trabalho. E, aqui, não estou fazendo uma crítica a ninguém, mas o Rodrigo, a quem eu pedi que apresentasse o edital na última reunião, trouxe um edital que não é o resultado das reuniões desse Grupo de Trabalho e desse Grupo de Trabalho participaram técnicos tanto da Secretaria de Desenvolvimento Urbano quanto técnicos da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e algumas questões não foram levadas em conta. E por que que importa que isso seja levado em conta? Como esse primeiro edital é um edital que se pretende como o teste e é um edital que está voltado especificamente para atender o Ligue os Pontos, está especificamente ligado para atender a questão da transição agroecológica e apoio aos agricultores da Zona Sul, o primeiro edital que vocês já aprovaram e que provavelmente será o modelo para a continuidade do PSA para a cidade inteira, não especificamente para essa atividade. Mas, para essa atividade, há um compromisso da cidade de São Paulo com a Fundação Bloomberg, que é quem paga a

conta desse trabalho todo - foi quem pagou o prêmio de 5 milhões de dólares para que São Paulo desenvolvesse esse projeto e tem alguns requisitos necessários que a gente tem que atender. Da mesma forma que vocês estão preocupados - e acho mais do que justo e necessário que haja a fiscalização pelo CONFEMA do que foi aprovado: prestação de contas mensais, acompanhamento de medição e tudo mais, que deve ser regulamentado -, a gente tem, enquanto cidade, enquanto Município, que prestar contas para a Fundação Bloomberg com relação a esse projeto Ligue os Pontos, e o resultado prático desse projeto é este primeiro edital do PSA. Então, esse primeiro edital do PSA vai pôr na rua efetivamente o resultado final desse trabalho de ligar o produtor rural lá da Zona Sul ao consumidor, à fonte de distribuição, criando todo um aparato tecnológico para que eles tenham assessoria técnica, acompanhamento, desenvolvimento. Então, esse primeiro edital - vou repetir - é um teste, é uma primeira tentativa. Ele está ligado, sim, não ao projeto geral de Pagamento por Serviços Ambientais da cidade diretamente, mas ele é ligado também a essa questão do Ligue os Pontos. E o primeiro edital deixou de considerar três elementos essenciais, que são necessários para a prestação de contas da cidade. Não é da Secretaria, não é do CONFEMA, não é de SMDU, mas é da cidade. A gente reduziu o número de indicadores e índices de aferição. Nesse novo edital, esses indicadores, esses índices de aferição voltaram a ser aumentados, não na quantidade de quarenta e tantos como estava lá, mas a gente voltou e deixou de ser 6, porque nesse edital que a gente aprovou a gente tinha 6 ou 7 indicadores e no edital anterior, a gente tinha quarenta e poucos indicadores. A Comissão se reuniu - essa Comissão conjunta de SMDU e SVMA - se reuniu e reduziu esses indicadores para 28 para atender exatamente essa questão de prestação de contas. A gente reduziu de novo a quantidade de beneficiários neste primeiro edital, porque esse primeiro edital destina-se somente aos produtores cadastrados na Zona Sul. Ele não é a aplicação ainda integral do Plano Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e esse edital, com essas duas adequações, torna possível o quê? Respeitar o trabalho de um conjunto de servidores tanto de SMDU quanto de SVMA, que não estava respeitado integralmente no primeiro edital aprovado. Eu acho que o edital foi encaminhado para todos através de SEI antes da reunião, com os documentos anexos. Eu peço desculpas aqui. Eu tinha preparado uma apresentação, mas eu estou em home office fazendo isso aqui pelo celular porque os meus dois computadores estão meus dois filhos em aula e eu não vou parar a aula deles para tentar recuperar a apresentação que sumiu do celular, mas basicamente são essas mudanças pontuais. O conceito geral do PSA permanece o mesmo. O que o Conselho, o que o CONFEMA aprovou não está sendo alterado. O que a gente está fazendo é de um lado diminuir a quantidade de pessoas atendidas nesse primeiro edital, para a gente testar se a metodologia funciona. Não adianta nada a gente colocar na rua um edital amplo e suficiente para abarcar a cidade toda se a gente não sabe se ele vai funcionar. Tem uma outra adequação que é com relação à questão de regularização fundiária dos participantes do PSA, especialmente porque a realidade da Zona Sul é muito díspar do resto da cidade, então a maioria dos títulos são títulos de posse. Então, a gente está permitindo que posseiros, titulares de direito de posse possam participar do PSA. Estamos aumentando a quantidade de indicadores para aferir o efetivo cumprimento das metas atendidas no PSA e basicamente é isso, deixando esse edital de acordo com aquilo que foi tratado entre duas Secretarias com aval do Prefeito. E, mais importante - e, aí, vou insistir - é necessária essa adequação porque nós, enquanto Município, enquanto cidade, temos que prestar conta a um organismo internacional e não dá para trazer a responsabilidade de não prestar contas para esse Conselho. Esse Conselho é muito caro para a Secretaria e eu não poderia deixar - e por isso eu vim pessoalmente falar - eu não poderia deixar a aprovação que vocês já fizeram - e que é importantíssima -, deixar nas costas desse Conselho a eventual não aprovação das contas que SMDU deve fazer. Há uma outra preocupação também: esse dinheiro que vem da Fundação Bloomberg pode ser revertido para Pagamento de Serviços Ambientais. Esse projeto terminaria agora em agosto e diante do que a gente já fez, inclusive com a aprovação do Decreto do FEMA, da aprovação deste Conselho com relação à aplicação dos destinos do FEMA para Pagamento de Serviços Ambientais, o projeto foi estendido até fevereiro de 2021, independentemente da pandemia. Isso saiu antes da pandemia. Então, a gente tem um trabalho forte, substancial e de projeção internacional, que é do coração do Prefeito o PSA, não o Ligue os Pontos. O PSA é um pedido pessoal do Prefeito; então, vocês já fizeram um trabalho excepcional de determinar a

existência e a destinação de recursos do FEMA para isso. Mais importante que isso: destinar e especificar valor e aprovar Termo de Referência para a contratação de Assessoria Técnica, que a gente não pode ficar o tempo inteiro dependendo de organismos internacionais. Eu estou trazendo para vocês o pedido de que a gente altere o edital para não retirar obrigações, mas para acrescentar obrigações para aqueles que serão cadastrados e serão beneficiados por esse primeiro edital do Ligue os Pontos. A gente tem ainda um trabalho na sequência, que por isso precisa da Assistência Técnica, de estender esse PSA para as outras suas Zonas Rurais de São Paulo, que é a Norte e Leste. Eu vou parar por aqui. Como eu tive problema com a apresentação, eu vou só perguntar se a Tamires lembra de mais alguma coisa para complementar, se tem algum número que ela queira destacar e depois a gente abre a palavra para todos.

Tamires Carla de Oliveira (CGPABI) - Eu acho que você falou tudo mesmo, não faltou nada. Eu até estou dando uma olhada no documento aqui para ver se tinha... Tinha uma questão só, que era cara para a gente também, que era a avaliação da área. Então, isso tinha sido invertido ali no edital anterior, então nesse a gente já ajustou. A partir do momento que a pessoa é habilitada, junto com o valor lá do PSA e da Assessoria Técnica, toda avaliação é feita, que o pessoal chama de Linha de Base, e era uma coisa que estava no Decreto do PSA, que já está em vias de ser assinado pelo Prefeito e ficou faltando no edital. Então, isso foi equacionado também. A questão dos indicadores que o Ravena falou, a gente está ajustando à realidade do que é o PSA, porquê da maneira que foi ele estava muito solto. Faltou a qualificação de fato das áreas que estavam recebendo esse recurso. E eu acho que é basicamente isso. Não tem muita coisa. Essa questão da Linha de Base, a quantidade de indicadores, a quantidade de pessoas contempladas. São 70 habilitados e a princípio 35 contemplados nessa primeira etapa, porque é um piloto, e até a gente comparando com outros projetos de PSA que já aconteceram, o número foi muito inferior ainda a 35. A gente espera chegar a 35, mas pela experiência que já teve, foi bem abaixo disso, mas é basicamente isso mesmo. Eu não tenho muito mais o que falar.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete - SVMA) - Então só para reforçar, nós não estamos propondo uma alteração substancial de forma alguma no que foi aprovado por esse Conselho. Nós estamos simplesmente trazendo de volta para o edital aquilo que foi pactuado entre equipes técnicas da Prefeitura e, mais que isso, como se trata de um piloto, a gente está tentando tornar o mais transparente possível e mais aferível possível os compromissos que os classificados, os aprovados ou os participantes do PSA vão ter que cumprir. Eles têm que firmar um compromisso e sem indicadores claros e precisos, a gente vai correr o risco de pagar sem ter como aferir. Isso é uma preocupação agora minha como Chefe de Gabinete, de estar liberando dinheiro do FEMA com aprovação de vocês sem indicadores fortes e claros o suficiente para a gente medir e aferir efetivamente se o compromisso de transição agroecológica ou de preservação ou de reflorestamento ou o que seja que vai ser aplicado, mas neste primeiro edital só de transição agroecológica, vai ser efetivamente cumprido e a gente só consegue isso com indicadores. Portanto, eu estou pedindo a aprovação dessas alterações para que a gente tenha um edital forte o suficiente para garantir a efetividade do programa, mas também para garantir que os recursos estão sendo bem aplicados.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Podemos então...

Tamires Carla de Oliveira (CGPABI) - Só uma última coisa que eu observei aqui, que também é importante explicar para vocês, que são o tamanho das áreas, o tamanho dos imóveis. Na minuta que foi encaminhada anteriormente, o menor imóvel ele era muito grande, ele representava um percentual muito pequeno dos proprietários; então, a gente também ajustou isso à realidade do Município, que a gente não tem tantos imóveis acima de cinco hectares, que era o que estava, então isso também foi ajustado, porque senão a gente iria inviabilizar a aplicação do PSA e não ia ajudar ninguém.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete - SVMA) - Isso eu tinha esquecido. Isso é muito importante também. O edital anterior ele excluía muita gente. A realidade, neste primeiro edital especificamente na Zona Sul, são pequenas, pequeníssimas propriedades rurais, que não têm esse tamanho. A gente cadastrou - a Tamires pode me corrigir -, mas acho que são 500 produtores rurais nessa primeira e a maioria tem áreas que não chegam a um décimo disso aí que estava previsto

no edital. Então, a gente estaria excluindo até gente que já participando, já está fazendo a transição agroecológica independentemente de PSA. Simplesmente porque foi contatado e passou a receber Assistência Técnica através do Ligue os Pontos. Então, a gente está criando um instrumento de reforço daqueles que já estão neste caminho e essa adequação é importante também.

Tamires Carla de Oliveira (CGPABI) - Só para vocês terem - eu tenho os números aqui, foram 428 proprietários que foram analisados e 58% tem menos de 1 hectare. Eles seriam inviabilizados, quase 60% dos proprietários teriam problemas para aderir ao programa.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Então, nesse momento, eu abro a palavra para os Conselheiros. Vou fazer pequenos blocos, que acho que vai ficar um pouco mais fácil. Priscila, por gentileza, qual a sua manifestação?

Cons. Priscila Gonsalves - De acordo com as alterações.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - De acordo, sem manifestações. Amélia e Sebastião não se encontram no momento. Por gentileza, Helena, titular da Gestão, por gentileza.

Cons. Helena Marcon - De acordo com as alterações.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - De acordo com as alterações. Senhora Jaciara, de SAJAPE, por gentileza, alguma manifestação?

Cons. Jaciara Schaffer - Obrigada. Parabéns, Ravena, pela sua apresentação. Rodrigo trabalhou muito bem nessa questão, tanto no CADES quanto aqui no CONFEMA. Para mim, está aprovado. Eu só tenho uma colocação. Talvez a Tamires já tenha pensado nisso. Seria interessante se dentro do quadro 7, dentro das pontuações que essa equipe ou quem está sendo contemplado, poderia estimular a questão da Educação Ambiental, porque se a gente pensar na questão da cidade, como o Ravena falou, a gente vai expandir isso. Então, seria muito interessante que esse projeto piloto na região Zona Sul pudesse trabalhar com uma pontuação de Educação Ambiental. Isso é só uma ideia de fomentar a questão de visitaçao para essas novas possibilidades, esses novos usuários da agroecologia tanto na Zona Norte, Zona Sul, Zona Leste, pudesse ter um local de referência. Então, essas pessoas que estivessem sendo contempladas, elas poderiam estar sendo essa referência de Educação Ambiental, para que esses próximos produtores tivessem esse local como um partido, uma referência de conceito. Então, acho que seria interessante isso até para a cidade como um todo. Obrigada.

Tamires Carla de Oliveira (CGPABI) - Posso falar? Bem rápido. Eu entendo que o próprio programa do PSA inteiro ele já é uma grande iniciativa de Educação Ambiental como um todo. E no quadro 7 aqui tem várias questões, de *(ininteligível, parece falar meliponares)*, de agricultores, que eu acho que isso dentro do trabalho deles já é uma coisa inserida, mas eu vou levar essa questão para o Grupo de Trabalho para ver como que isso pode ser de alguma forma observado, mas acho que, enfim, no geral, o PSA ele tem já tem isso, eu acho que é já uma coisa dele mesmo, intrínseca a ele, de incentivar que as pessoas que têm ali a sua propriedade elas restaurem aquilo e como isso tem uma visibilidade muito grande, acho que o impacto positivo para todo mundo saber "olha, eu estou cuidando do meu espaço, eu estou cuidando da minha área, eu estou restaurando ambientalmente isso e estou recebendo". Então acho que isso... eu acho que é uma coisa... Educação Ambiental é um caráter, é um aspecto do próprio programa, mas vou levar essa questão para o pessoal.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete - SVMA) - Deixa eu complementar, Tamires. Por isso que eu fiz questão de chamar a atenção que este primeiro edital é um piloto dentro de um projeto, que é o projeto Ligue os Pontos. Ele é um pouco menor do que o PSA como um todo, porque ele está limitado por uma atividade que já é exercida. Isso que você falou, Jaciara, já está contemplado pelo Ligue os Pontos. A atividade de inclusão e de criação de uma teia na Zona Sul para a agricultura orgânica envolve turismo, Educação Ambiental, qualificação técnica e assistência técnica, que está fora do PSA nosso. Está dentro do que a SMDU está fazendo com o dinheiro da Fundação Bloomberg. Por isso que eu chamei a atenção que esse primeiro edital ele está muito

ligado à uma atividade já existente. O que você falou faz todo o sentido, o que a Tamires vai levar para o grupo para o próximo edital, porque nós vamos ter que aprovar outro. Esse serve exclusivamente para isso que nós estamos falando e a gente estuda e vê se não vale a pena colocar - eu até acho que vale a pena colocar no quadro 7 a questão específica da Educação Ambiental, mas a gente leva para o grupo para estudar isso também.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, o Senhor Conselheiro José Ramos, da APGAM. Por favor, José, se manifeste. Comentário e voto.

Cons. José Ramos - Bom dia, bom dia, Ravena. Na verdade, o que eu percebi claramente é que como se trata de um projeto piloto, houve um bom refinamento: a questão dos indicadores, a questão técnica também dos servidores que irão participar e o que eu vejo assim bem claro e o que o próprio Secretário Ravena comentou, essa coisa da regularização fundiária e esse gráfico de corte aqui em termos de hectares e de participação de todos. É lógico que eu vou, dentro desse parâmetro da Educação Ambiental, porque está intrínseco já dentro do próprio projeto. Essa visão a gente teve também e a regularização, sem dúvida, fundiária é importante porque nós tivemos inclusive aqui na Zona Norte há questão de 15 dias, uma invasão de uma grande área nossa do Terminal de Cargas. Temos lá hoje 400 barracos com 1.200 pessoas que vieram para esses espaços da noite para o dia. Então, voltando à questão do plano, as instituições envolvidas, os valores, tudo, vai ser de grande importância dentro do piloto e sempre nessa questão do refinamento, que isso que vai nos dar a possibilidade para nós, gestores ambientais, e junto à própria Academia, às Universidades, estar estimulando, que o projeto Ligue os Pontos a gente já conhece, já participou de alguns momentos dele e vai ser muito interessante e diante do piloto, é isso mesmo: é refinar e a gente seguir em frente aí com a participação institucional de uma grande Fundação internacional e a cidade precisa disso. Parabéns pelo trabalho aí e vamos em frente.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Como vota?

Cons. José Ramos - Voto a favor, sem problema algum.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Senhor Lacava, Câmara Municipal de São Paulo. Quem fará a voz vai ser a Claudinha.

Claudia Maria Cesar (DPAC) - Ele disse "de acordo com a proposta de alterações".

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - De acordo, voto a favor. A proposta ela foi aprovada por unanimidade neste momento. Quero agradecer a todos os Conselheiros e os palestrantes desse segundo ponto da Ordem do dia. Nesse momento, nós vamos agora para o terceiro ponto da Ordem do dia: referendo para a aprovação de prorrogação contratual de prestação de serviços referente a projetos de plantio de árvores do Programa de Metas da Prefeitura do Município de São Paulo, no SEI 6027/2017.0000701-0, apresentado pela Priscila Cerqueira. Por gentileza, Priscila Cerqueira, a palavra é sua.

Priscila Cerqueira (DAU) - Bom dia a todos os Conselheiros. Agradecemos a oportunidade de apresentar o trabalho aqui da Divisão de Arborização, especificamente sobre o contrato de plantio que foi aprovado o ano passado. Então, a gente vai contar um pouco para vocês o que foi feito relacionado ao plantio e manutenção de árvores na cidade de 2019/2020. Eu vou ter o apoio do André, que é o nosso fiscal central do contrato. Vou colocar a apresentação aqui na tela. O André vai falando e eu vou complementando as informações.

André (DAU) - (seria André de Jesus Ferreira?) - Bom dia a todos. Sou André, engenheiro-agrônomo da Secretaria. Trabalho em DAU, aqui no Viveiro Manequinho Lopes, na parte de arborização. Então, vamos lá para a apresentação. Vou fazer um breve relato do contrato de plantio que hoje nós temos aqui na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Vocês estão me ouvindo bem? (vozes ao fundo "sim, estamos") Esse contrato ele já está caminhando para o terceiro ano de existência. É um contrato que a gente considera muito importante, porque é o contrato que acrescenta árvores, plantios na cidade de São Paulo. O prazo dele é 12 meses, o valor aprovado em 2019 é 7 milhões, 796 mil, arredondando aí quase 8 milhões. Ele foi efetivamente gasto nesses 12 meses passados, incluindo pandemias e alguns problemas administrativos aí por parte da empresa, cerca de 5

milhões e meio. Eu arredondei esse valor. Eu não pus os valores quebrados. Isso foi o apanhado dos últimos 12 meses que a gente fez a remuneração para a empresa. Esse contrato ele abrange todas as áreas da cidade. Ele está dividido em quatro módulos e ao total nós temos 10 equipes. Cada módulo atua numa região da cidade - Norte, Sul, Leste, Oeste. Região Leste e região Sul nós temos três equipes - são regiões mais extensas e mais necessitadas, e região Norte e Centro-Oeste temos duas equipes bem distribuídas aí. O nosso contrato ele prevê como critério da escolha das áreas, baseado no Atlas Ambiental do Município, as regiões com menor índice de área verde por habitante, as regiões consideradas como ilhas de calor e as regiões mais carentes de parques municipais. É assim que a gente procura fortalecer o plantio nessas regiões. As demandas para o plantio deste contrato elas partem das Prefeituras, das Subprefeituras, das demais Secretarias. A gente atende CADES, a gente atende munícipes que desejam plantar árvores através do portal da Prefeitura SIGRC, sociedade civil. A gente tem várias pessoas que estão aí motivadas por plantio de árvores e a gente procura atender também. DAU, a nossa Divisão aqui de Arborização Urbana, ela tem também um banco de dados, que a gente direciona para alguns plantios. Atendemos, também, áreas estaduais, federais. Dentro do Município de São Paulo, a gente procura fazer isso através de Termos de Cooperação e áreas também da Administração Direta. A gente atua nas calçadas, corredores verdes, ao longo das redes hídricas estruturais, áreas livres e nas áreas institucionais. Os nossos serviços, eles se dividem no plantio das mudas e na manutenção, na manutenção para essas mudas realmente virarem árvores, até elas se estabelecerem. Sobre os plantios a gente atua - como eu já citei anteriormente - nas áreas pavimentadas, que são as calçadas, corredores centrais e etc. e nas áreas livres - praças, margem de córregos. Quando tem espaço, em escolas, em creches, em Unidade de Saúde e etc. A gente tem uma meta prevista em contrato de cerca de 40 mil mudas por ano. Então, a gente já acrescentou cerca de 120 mil mudas de árvores nesses últimos anos. A gente divide essas metas em áreas pavimentadas - a maioria delas. Por equipe, são 180, totalizando no ano 21.600 mudas em áreas pavimentadas, locais pavimentados e, nas áreas livres, 18 mil mudas. Cada equipe tem 150 mudas para plantar, totalizando 40 mil por ano. Os trabalhos eles envolvem todo o preparo inicial do terreno. No caso das áreas pavimentadas, a gente faz o recorte da calçada, a gente troca o solo quando é necessário e, nas áreas livres, a gente faz a roçada inicial do terreno. A gente também, quando é área de entulho ou área de uma terra, de um solo muito ruim, a gente troca o solo como preparo inicial. Depois a gente procede na abertura do berço, na adubação desse berço, a gente acrescenta um calcário. A gente utiliza as mudas aqui do Ibirapuera e do Viveiro do CEMUCAM para plantio. Depois a gente procede o tutoramento dessas mudas e, no manejo, a gente capina, faz o coroamento sempre na passada, plantio de forração em algumas áreas, cobertura morta. Serviço de manutenção, a gente trabalha nas mudas. Todas as mudas que a gente plantou, a gente continua voltando nelas até que elas se estabeleçam e nas mudas não plantadas pelo contrato, mas até DAP 5 a gente também dá uma olhada nela. Como parte dos serviços da manutenção, na volta, no retorno que a gente faz a essas mudas, a gente faz a irrigação, adubação de cobertura. Se a muda ela precisa de algum manejo, alguma poda para ela continuar ali subindo, a gente faz. Coroamento, capina, roçada, acerto de terreno para desvios de água, tutoramento. Às vezes, a gente tem muda morta, a gente repõe a muda, ou seja, um cuidado especial aí para que essa muda seja estabelecida. Aqui uma conta simples sobre o valor de cada muda plantada e mantida: R\$ 138,00 por muda. Pegando o total que a gente gasta e dividindo por essas 40 mil mudas, dá um total de R\$ 138,00 por muda plantada e mantida. Esse contrato hoje ele emprega cerca de 80 pessoas diretamente, gerando emprego, renda. A gente trabalha com esse caminhão Hulk para permitir a gente ir em qualquer área da cidade, atender qualquer demanda de plantio no Centro, em áreas com restrição de veículo. Então, a gente já pensou em veículos menores para possibilitar esse atendimento. Aqui umas fotos; eu vou passar agora umas imagens ilustrando aí o nosso trabalho. O preparo aí de uma calçada. Às vezes tem um canteiro ali que já está esquecido há muito tempo, não tem nenhuma árvore ali. Ele enche de mato, a gente retira todo esse mato, ajusta o corte do terreno... Aqui a máquina que a gente utiliza para cortar para ficar um acabamento melhor. A gente tenta também sempre trazer novas técnicas de plantio para essas mudas, melhorar um pouco o nosso conhecimento a respeito desses plantios. Aqui um exemplo de uma área livre, com a muda aqui do Viveiro do Ibirapuera. Ali, mais em cima, o solo

que a gente prepara, o substrato. Aqui outro tutoramento, pessoa trabalhando aí no local, aqui uma outra área. Aqui é um plantio em uma área livre, uma área inclinada aqui, do lado do uma que parece ser alguma coisa perto de uma mata ciliar, coisa assim, que a gente efetua já o plantio também de mudas menores retiradas no CEMUCAM. Área grande, um plantio grande, tutoramento e tal. Aí é um canteiro central de uma grande Avenida. É isso aí. Mais uma, um canteiro central. Aqui algumas imagens da manutenção que a gente faz nas mudas de árvores. A gente sempre volta, está tirando o mato da base dela. A gente coloca esse PVC branco para evitar que a roçadeira venha e acabe com essas mudas. A gente tem feito algumas ações nesse sentido de tentar tirar um pouco esse atrito que tem entre a pessoa que vai roçar e as mudas. Geralmente eles causam dano e tal... e a gente tem pensado coisas nesse sentido. Mais uma área aí de plantio, manutenção das mudas, do lado de uma escola. Aqui, esse slide mostra como que a gente comprova, como que a gente registra o plantio das mudas. A gente tem um programa aqui e do lado tem a localização exata dessa muda e a foto do antes e o depois. O TCM ele sempre dá uma olhada nos nossos contratos e essa é uma forma de comprovar para ele todas as mudas que estão sendo plantadas. Solution é o nome do nosso programa. A foto antes e depois à esquerda. Aqui mais uma também e aqui numa área numa área bem declivosa também do antes e depois do plantio. Esse era um breve relato que eu tinha a fazer a respeito desse contrato. Estamos à disposição. Muito obrigado.

Priscila Cerqueira (DAU) - Eu gostaria de fazer uma complementação. Como o André falou, a gente está indo para o terceiro ano. A gente está prorrogando esse contrato mais um ano nos moldes que ele está hoje e a gente tem a expectativa de lançar no segundo semestre o Plano Municipal de Arborização Urbana e aí, sim, a gente vai conseguir, talvez para o ano que vem, fazer um Termo de Referência mais direcionado e escolher áreas potenciais com base no mapeamento da vegetação que saiu também e utilizando outros critérios. Ficamos à disposição de perguntas.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete - SVMA) - Posso falar?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Sim.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete - SVMA) - É que não é pergunta. É só dizer que essa atividade é muito cara para a Secretaria. É importantíssimo. Como o André já destacou, em três anos são aproximadamente 120 mil mudas plantadas. É um contrato importante para a cidade. É óbvio que a hora que ele for apropriado pelo PMAU, pelo Plano Municipal de Arborização Urbana, ele pode ser um pouco mais qualificado e ter destinação mais específica, mas ele tem dado uma nova cara para a cidade. O levantamento vegetal da cidade...aumentou a cobertura vegetal. Ele é um contrato de importância fundamental para a gestão de meio ambiente e de vegetação da cidade. É muito importante para a gente que esse contrato seja mantido, especialmente porque o trabalho do pessoal da arborização, da DAU, do Herbário e do Viveiro é super importante para mudar a cara da cidade. A cidade, se a gente parar para dar uma olhada no que a gente está fazendo aí, mudou. A gente teve aumento de cobertura vegetal e eu acho que um dos pilares desse aumento de cobertura vegetal é o trabalho incansável do pessoal da Secretaria que está fazendo um trabalho muito bom. Aproveitando essa oportunidade para elogiar o trabalho de vocês e reforçar a importância da manutenção desse contrato.

Priscila Cerqueira - Excelente colocação, Ravena, e eu gostaria de explicar o seguinte para os Conselheiros. Esse contrato ele é para implantação de novas árvores. As árvores que estão adultas e doentes e morrem e a Subprefeitura remove é feita a reposição dessas árvores lá pela Subprefeitura; então, nós estamos realmente ampliando, esse contrato participa para ampliar a cobertura arbórea da cidade, é um acréscimo.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Senhores Conselheiros para poder embasar as propostas, eu vou ler a conclusão da CAV. "Com base no exposto, a CAV considera que a proposta em questão atende as diretrizes anuais estabelecidas e aprovadas pelo CADES para a utilização dos recursos do FEMA para o exercício de 2020 através da Resolução 204/CADES/2020 e entende que é possível a utilização dos recursos a serem depositados no FEMA para viabilizar o acordo

proposto ora analisados, cujo valor global é de R\$ 13.961.346,90 para a prorrogação de contratação de empresa de prestação de serviços de plantio e manutenção de mudas de árvores no Município de São Paulo. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência, que deverá passar por análise e deliberação do CONFEMA, a qual caberá decidir pela aprovação ou não dos recursos a serem utilizados nos termos do dispositivo do artigo 35 do Decreto nº 52.153, de 2011. Vale notar que o Servidor Yannick Brayan Zannon Aguiar deixa de assinar a presente CAV em razão de estar em gozo de férias. Comissão Técnica de Avaliação CAV, Portaria nº 52 da Secretaria Municipal do Verde 2018, São Paulo, 25 de junho de 2020. Assinaram essa CAV Lucas Lavecchia de Gouvea, arquiteto; Luiz Augusto Pereira Leitão, arquiteto; Andreia Marcelino Moreira, agente de administração. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site de processos da Prefeitura do Município de São Paulo, informando o código verificador 030250734 e o código CRC 60277202. Então, a CAV ela não encontra óbice para o projeto. Então, vou chamar nesse momento os nossos Conselheiros para fazer as suas observações e voto. Nesse momento chamo a Senhora Priscila, que é a Conselheira titular no dia de hoje pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Por favor Priscila, se manifeste e vote.

Cons. Priscila Gonsalves – Devair, antes, eu acho que a Cláudia e o Lacava estavam pedindo a palavra.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Então, Cláudia.

Claudia Maria Cesar (DPAC) – Então, o Conselheiro Lacava pediu para colocar a seguinte mensagem: "Parablenzo o André pela apresentação e desejo saber qual é a empresa que ele cita no início da apresentação, por favor, e quais as providências tomadas em relações às podas". E, aí, uma outra observação que ele fez é que "cometem verdadeiros crimes ambientais quando despreparados se atrevem a podar as árvores em São Paulo".

Priscila Cerqueira (DAU) - Tem uma... eu acho que está um pouco confuso, eu vou explicar. A execução de podas é feita pelas equipes contratadas na Subprefeitura; é um contrato em separado desse aqui poda em árvore adulta. As podas que o André citou aqui é a poda que é feita para condução e formação da muda que está plantada, nas árvores menores. É a retirada de um outro raminho que acaba nascendo no tronco ali na muda pequena ainda. Essas árvores que provavelmente o Conselheiro está citando que são podadas pela Subprefeitura não é abrangida pelo nosso contrato aqui. E a empresa contratada atualmente é JVA.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Lacava, mais alguma manifestação? Não, não tem. Então, vamos voltar.

Claudia Maria Cesar (DPAC) – Oi, Devair, ele está digitando. Se ele tiver alguma outra manifestação, eu então aviso, tá?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Está Ok, então. Vamos às manifestações da Conselheira titular Priscila nesse momento. Por favor, Priscila, por gentileza.

Cons. Priscila Gonsalves - Eu gostaria de destacar que esse serviço ele é essencial para o cumprimento de uma das metas do Prefeito, que é questão do plantio para aumentar a cobertura arbórea na cidade mesmo, e eu estou de acordo com a continuidade do serviço e aprovação do valor para prorrogação para este ano.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Então, o voto da Conselheira Priscila é sim; isso?

Cons. Priscila Gonsalves – Meu voto é sim.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Os Conselheiros Amélia e Sebastião, tanto suplente como titular não estão presentes a essa reunião. Vamos à Secretaria de Gestão; Conselheira titular Helena, por gentileza. Como se manifesta?

Cons. Helena Marcon - De acordo com a manutenção do contrato.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Então o voto da Helena é sim.

Cons. Helena Marcon - Isso.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Nesse momento, convido a Conselheira Jaciara, de SAJAPE, para manifestações e voto; por gentileza, Jaciara.

Cons. Jaciara Schaffer - Meu voto é sim. Parabêniso a Priscila; conheço a Priscila do CADES de Santo Amaro, de alguns trabalhos que já percorremos juntas; então, parabêniso a todo esse trabalho que ela tem desenvolvido junto à sociedade, à cidade e o planeta, porque nada mais é que a água provém das árvores. Então, nada mais justo que a gente manter esse contrato e a minha pergunta seria o mesmo que o Lacava, mas são coisas completamente diferentes que a gente precisa trabalhar em outro momento, obrigada.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Obrigado, Conselheira Jaciara. O voto dela foi sim. Senhor José, da associação APGAM, por gentileza observações e voto.

Cons. José Ramos – Olá, bom dia ao engenheiro André e a Priscila. As considerações é de aprovação também. Eu somente comento a importância dessa atividade do plantio. Quando André cita essa ilha de calor, que nós na zona norte, especialmente na região do Jaçanã e Vila Gustavo, toda essa parte aqui abaixo, a gente está sobre uma ilha de calor. Para as questões, inclusive a gente chegou a comentar inclusive no próprio CADES as questões da umidade relativa do ar hoje nesse paralelo com a COVID. Por exemplo, nesses três últimos dias já alcançamos o índice aqui à tarde de 34% de umidade relativa. E, de fato, essa necessidade do plantio é de extrema importância para a população e para a nossa cidade, como a Jaciara comentou, e para o planeta. Mas, especialmente aqui para Zona Norte. A gente tem que colocar um olhar muito forte dos profissionais e da própria Secretaria, do Secretário que, de fato, com a com a entrada agora do inverno, a umidade relativa realmente está muito agressiva e os sintomas dessa agressividade são parecidos com os do COVID. Então, eu só estou - como gestor ambiental não poderia deixar de mencionar essa questão -, que ela é muito importante para a gente aqui e eu parabêniso pelo trabalho e a gente aprova, sem dúvida nenhuma, essa questão e seguimos em frente também.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Então, o voto do Senhor José, da APGAM, foi sim. Quero nesse momento convidar o Senhor Lacava, da Câmara Municipal de São Paulo, Conselheiro titular, para observações e votações. Ele está no chat dessa reunião virtual e pelo WhatsApp e a voz que está sendo feita por ele nesse momento é da Cláudia, que está verbalizando o que ele está escrevendo nesse momento. Por favor, Cláudia, por gentileza.

Claudia Maria Cesar (DPAC) – De acordo. Lacava. Sim.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Então, o Senhor Lacava vota sim. Então, Senhoras e Senhores Conselheiros, foi aprovada por unanimidade no dia de hoje a continuidade da prestação de serviços propostos no dia de hoje aqui, processo SEI nº 6027/2017.0000701-0. Proponente: Secretaria do Verde e Meio Ambiente – CGPABI - DAU 2. A proposta foi a prorrogação de contrato da empresa de prestação de serviços de plantio e manutenção de mudas de árvores no Município de São Paulo, no valor total proposto R\$ 13.961.346,90. O prazo de execução dos serviços: execução prevista para iniciar em 2 de julho de 2020, conforme o SEI 029302750. Então, desde já quero agradecer a todos os Conselheiros, quero agradecer à equipe de DGFEMA, agradecer à equipe de DPAC, ao Sandro que, logo após essa reunião, vai fazer a Resolução da reunião de hoje, e passo a palavra, agora, ao Presidente da reunião de hoje, o nosso Rodrigo Ravena, nosso Chefe de Gabinete.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) – Obrigado, declarar encerrada a presente sessão, mas antes disso agradecer a presença de todos mais uma vez. Agradecer as aprovações, agradecer o entendimento e que todos continuem se protegendo e que todos continuem cuidando de cada um e do próximo. O ponto principal desta pandemia é a gente aprender que um é responsável pelo outro e a proteção do outro é tão importante quanto a proteção da gente mesmo. O que a gente aprovou hoje aqui é importante para a cidade. Eu agradeço a todos. Eu reitero a disposição do Gabinete da Secretaria para atender quem precisar e dizer que nós estamos à disposição e, mais uma vez, agradecer porque vocês aprovaram itens importantíssimos para a continuidade do

trabalho que a Secretaria está fazendo. Agradecer a equipe dos colegiados, que propiciou essa reunião, que trabalhou aí incansavelmente para a gente conseguir fazer hoje e declarar encerrada essa reunião. E, mais uma vez, agradecendo e desejando a todos um bom dia e pedindo a todos cuidado e carinho com o próximo.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - É isso aí. Muito obrigado a todos. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Está finalizada a reunião de hoje e muito obrigado a todos. Até o próximo dia 28 de agosto, estaremos juntos mais uma vez aí. Abraços. (*várias vozes: Obrigado*).

